

OS MANUAIS DE REDAÇÃO COMO CONTEXTO DE JUSTIFICAÇÃO DO CONHECIMENTO: um olhar para o jornalismo de posição de Alma Preta e AzMina¹

THE STYLEBOOKS AS A CONTEXT OF JUSTIFICATION OF KNOWLEDGE: a look at position journalism in Alma Preta and AzMina

Cicélia Pincer Batista²
Gean Oliveira Gonçalves³

Resumo: Diante da emergência de práticas jornalísticas digitais mais combativas, engajadas ou posicionadas em relação às perspectivas feministas, pró-direitos LGBTQIA+ e antirracistas, propomos um diagnóstico epistemológico do Manual de Redação da Revista AzMina e o Manual de Redação - o jornalismo antirracista da agência de notícias Alma Preta. O objetivo principal é perguntar pelos manuais como contextos e práticas de justificação pelos quais se procura validar e atribuir legitimidade ao conhecimento produzido por e nos arranjos jornalísticos alternativos, independentes e comprometidos com os saberes, o reconhecimento e a vida dos grupos sociais historicamente minorizados.

Palavras-Chave: Jornalismo digital independente. Manuais de redação. Epistemologia.

Abstract: Given the rise of more combative, engaged, and socially positioned digital journalistic practices—particularly those aligned with feminist, pro-LGBTQIA+ rights, and anti-racist perspectives—there has been a notable emergence of stylebooks offering guidelines for journalistic practices and professional conduct in Brazil. This article presents an epistemological analysis of the Editorial Manual of AzMina Magazine and the Editorial Manual – Anti-racist Journalism published by the Alma Preta news agency. The main objective is to examine stylebooks as contexts and practices of justification through which the knowledge produced by and within alternative and independent journalistic arrangements — committed to the knowledge, recognition, and lives of historically marginalized social groups—is validated and granted legitimacy.

Keywords: Independent digital journalism. Stylebooks. Epistemology.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo do 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2025.

² Professora de Jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing. Doutora em Ciências da Comunicação pela USP. Membro do grupo de pesquisa Epistemologia do Diálogo Social, da ECA-USP/CNPq, e-mail: cicelia.batista@espm.br.

³ Professor de Jornalismo do Centro Universitário FIAM-FAAM. Doutor em Ciências da Comunicação pela USP. Membro do grupo de pesquisa Epistemologia do Diálogo Social, da ECA-USP/CNPq, e-mail: gean.goncalves@fmu.br.

1. Introdução

Coetâneo das experiências históricas e epistemológicas que configuraram e consolidaram os valores e a visão de mundo da moderna civilização ocidental, o Jornalismo e seu conhecimento respondem a essas bases que constituíram sua própria axiologia e legitimidade social. Como assinala Vattimo (1998: p. 27), “os pressupostos não têm que ser eliminados; há que se assumi-los explicitamente e esclarecer as suas implicações”.

Daí poder se dizer que uma configuração histórica e cultural carrega, propõe e indica o conjunto das condições nas quais e pelas quais o social se dá a ver e pode ser compreendido. No caso do Jornalismo, estas condições se relacionam à ideologia das Luzes e à gradual organização da produção noticiosa como negócio capitalista - conforme reflexão de Marcondes Filho (2000) - e às marcas do paradigma positivista e científico, como analisado por Medina (2008).

Para os propósitos deste texto, há de se ter em conta que o conhecimento do Jornalismo não pode ser desvinculado das necessidades de um arranjo societário em intensa e profunda transformação no qual ele surgiu e se legitimou. Assim, e se, por um lado,

[...] uma autêntica estratégia de reificação e de naturalização da esfera das necessidades coletivas em nome das quais se legitimam os interesses particulares dos sectores económico e políticos dominantes, se camuflam e se travam os trabalhos susceptíveis de questionar e de eventualmente pôr em causa o imediatismo. (Rodrigues, 2001, p. 12)

Por outro lado, pode-se dizer que o Jornalismo continua a responder, majoritariamente, “às heranças eurocêntricas/norte cêntricas [que] têm determinado uma forma de pensar colonizada [...] a imprensa é fatia do mesmo bolo social a que ela serve e, por isso, reflete o pensamento de expressiva parcela desta sociedade” (IJUIM, 2023, p. 77). Estas bases históricas e epistemológicas coadunam-se, ainda, a uma crescente exigência de publicização e visibilidade dos saberes, fazeres e dizeres dos sujeitos sociais, de tal modo que

o próprio desenvolvimento das ciências humanas não pode ser isolado do movimento de ruptura epistemológica para com os quadros de referência em que se inserem as interrogações e os procedimentos das ciências modernas, de natureza predominantemente classificatória e evolucionista. (...) vergando o seu projecto às necessidades de legitimação do poder e à reprodução do bom senso e do senso comum, às tarefas terapêuticas, reduzindo o próprio discurso das ciências humanas a figuras predominantemente injuntivas, prescritivas e normativas. (Rodrigues, 2001, p. 09)

Consonantes com essas matrizes e necessidades de legitimação, surgem os manuais de redação, originários de tratados de retórica – mais frequentemente publicados a partir da segunda metade do século XIX –, e que, conforme manifesto desde o primeiro, escrito por Robert Luce, por volta de 1886 (Salaverría, 1997), evidenciam tanto a ausência de um consenso sobre o que deveria orientar a escrita jornalística quanto expressam a tenacidade de um cânone:

Queda bien a las claras que la moderna preceptiva redaccional de la noticia no ha sido siempre idéntica y que tan sólo un proceso paulatino de consenso académico posibilitó la implantación omnímoda de un canon redaccional pretendidamente incontestable y objetivo. (Salaverría, 1997, on-line)

Mais frequentes e comuns a partir do final do século XIX, especialmente a partir de sua organização em bases empresariais-publicitárias, os manuais de redação acompanharam o processo de massificação e popularização do Jornalismo, destacando, como seus principais elementos de estilo, a precisão, a condensação e a objetividade.

Chamados de *stylebooks* ou *style sheets* pelos americanos, os manuais de redação se popularizaram rapidamente e seus conteúdos são hoje muito semelhantes. Todos seguem em geral o modelo do manual de *Associated Press*, considerado clássico. [...] Os manuais também têm assumido a função de orientar quanto a procedimentos comportamentais e até ideológicos. (Caprino, 2002, p. 50)

No Brasil, poucas décadas depois, quando o País ainda lidava com os efeitos do fim da escravização e da instauração da República, Gilberto Freyre, em 1920, introduziu os manuais de redação.

[...] o primeiro manual de redação apareceu em Pernambuco, no final da década de 1920, elaborado por Gilberto Freyre. Ele acabara de retornar dos Estados Unidos e foi dirigir um dos principais jornais de Pernambuco, *A Província*. Basicamente, seu manual incluía normas simples e a principal preocupação acontecia em relação a palavras desgastadas pelo uso. (Caprino, 2002, p. 50)

A despeito das intensas mudanças político-sociais e tecnológicas que também marcaram o jornalismo nas décadas precedentes, apenas a partir dos anos 1950 é que se pode dizer que a normatização do trabalho jornalístico começou a tomar forma:

O manual do Diário Carioca é apontado nos livros de história da imprensa como o primeiro adotado nas redações brasileiras. Foi elaborado pelo jornalista Pompeu de Souza, chefe de redação daquele veículo no princípio de 1950. [...] Pompeu (1992, p.24) acreditava que para lecionar precisava estudar jornalismo e foi aos livros. Além disso, havia feito uma viagem aos EUA na década de 1940. Verificou que os jornais americanos tinham duas

instituições padronizadoras da qualidade do texto: o *copy desk* e o *stylebook*. (Caprino, 2002, p. 52)

Entre as décadas de 1950 e 1970, e, especialmente, em meio à experiência da Ditadura Militar (instaurada em 1964), vão se tornando mais comuns e frequentes códigos de conduta e recomendações que orientam o trabalho de jornalistas, elaborados, por exemplo, por empresas jornalísticas ou profissionais experientes, como Carlos Eduardo Lins da Silva (autor da 1ª edição do manual da *Folha de S.Paulo*), Luiz Garcia (*O Globo*), Eduardo Martins (*O Estado de S. Paulo*), e Carlos Maranhão (Editora Abril).

Os manuais foram responsáveis por compartilhar um repertório ético, técnico e estilístico que conformou o caráter e a identidade dos jornalistas, relacionando-se à progressiva valorização da formação específica - em nível superior de educação - e os primórdios da pesquisa em Jornalismo.

No entanto, há que se considerar também as contradições que, para além do contexto brasileiro, marcam a sua consolidação:

Hasta hace poco, muchos habían creído que esas reglas, de tan manidas, eran casi connaturales a la redacción periodística, es decir que estaban ahí desde siempre. Sin embargo, un repaso histórico a los orígenes de estas reglas permite descubrir lo erróneo de esta creencia. Basta echar una mirada detenida a las enseñanzas de los primeros profesores de la escritura periodística para caer en la cuenta de que esas normas de redacción pretendidamente incontestables, lejos de derivar de un recto consenso entre periodistas y profesores, fueron fruto de una gestación no exenta de meandros y titubeos. (Salaverría, 1997, on-line)

Conscientes de que os jornalistas são uma categoria em transformação, de que não há uma homogeneidade na profissão, partimos da ideia do professor Denis Ruellan (2006, p. 31), de que “o jornalismo constitui um amálgama frouxo de segmentos que perseguem objetivos diferentes, de maneiras diferentes e se afirmam de forma mais ou menos frágil sob uma denominação comum, em um período específico da história”, para explorar as orientações de novos manuais e guias de jornalismo. Nossa olhar se dirige para projetos jornalísticos brasileiros, surgidos, especialmente, a partir de 2010 e que se colocam como mais combativos, engajados ou posicionados em relação às perspectivas feministas, pró-direitos LGBTQIA+ e antirracistas.

Temos em conta que, a despeito de “não suprir as lacunas da paisagem jornalística atual” (Horn, 2022, p. 4), os novos arranjos, identificados como jornalismo digital independente, vêm tensionando e ampliando as perspectivas do Jornalismo, em sentido *lato*:

Conceitualmente, o jornalismo independente [...] assume um posicionamento crítico no confrontamento de fatos e refuta a suposta imparcialidade defendida pela mídia tradicional. [...] Embora nem toda mídia independente seja alternativa, ou seja, se coloque necessariamente contrária a uma posição alinhada às estruturas dominantes de poder, os projetos de jornalismo independente figuram tentativas de pluralizar as construções da realidade (enfatizando temas “sensíveis”), mostrando o que é invisibilizado pela mídia mainstream (mídia hegemônica) [...]. (Horn, 2022, p. 4-5)

Reflexões sobre manuais profissionais já foram realizadas anteriormente por pesquisadores como Patrícia Patrício (2002), Afonso de Albuquerque e Ariane Diniz Holzbah (2008), Alfredo Vizeu (2008) e Aline Horn (2022), dentre outros. Dialogamos com essas experiências para compreender se os manuais do jornalismo digital independente são instrumentos normativos, que carregam uma herança epistemológica típica do chamado “jornalismo mainstream” ou se ancoram uma prática crítico-reflexiva coerente com projetos político-editoriais combativos, engajados, humanizados e mais abertos às demandas e vocativos de sujeitos e movimentos sociais com os quais se identificam e estão alinhados.

Nossa proposta tem como base, portanto, a necessidade de se indagar sobre a perspectiva epistemológica que orienta tais manuais, tendo em vista que

A epistemologia tem sido a teoria protocolar para o domínio da discursividade no ocidente, situada numa posição de autoridade que lhe permite um julgamento bem além dos ciclos filosóficos. A epistemologia presume o direito de julgar, por exemplo, o conhecimento reivindicado por parteiras, as ontologias de povos originários, a prática médica de povos colonizados e até mesmo relatos de experiência em primeira pessoa de todos os tipos. As reivindicações de conhecimento universal sobre o saber precisam no mínimo de uma profunda reflexão sobre sua localização cultural e social. (Alcoff, 2016. p. 131)

A filósofa americana-panamenha Linda Alcoff (2016) pontua a necessidade de se desenvolver uma estratégia de resistência para evitar a repetição de um imperialismo epistemológico ocidental. Tal movimento é percebido, na atualidade, nas reivindicações das chamadas epistemologias do Sul; orientadas por perspectivas decoloniais e interseccionais que

embasam contemporâneas construções de pensamento feminista e estudos de gênero; reflexões sobre epistemicídio (Carneiro, 2023) e negação de saberes de sujeitos racializados e subalternos (Kilomba, 2019).

[...] esses teóricos têm, de maneira geral, abandonado a tarefa de realizar a própria epistemologia normativa. Atualmente, podemos todos criticar o conhecimento existente com grande sofisticação; podemos analisar os objetivos estratégicos por trás dos saberes existentes e suas exclusões não declaradas; e podemos, juntamente com Foucault, descrever com grande precisão a conexão entre as matrizes de poder, conhecimento e desejos, suas interconexões bem como suas interdependências. (Alcoff, 2016, p. 131).

Porém, esse movimento analítico não basta. É adequado considerar uma epistemologia inclusiva, reconstrutiva, para prospectar possíveis matrizes de conhecimento comum e oportuno para a educação, para a filosofia e para a ciência do século XXI, sobretudo no caso do Jornalismo, tomado como uma forma de conhecimento, com uma epistemologia potencializadora do narrar, interpretar, declarar e afirmar sobre a realidade, a verdade e o fato. Para isso, Alcoff apresenta a proposta de uma epistemologia política:

A epistemologia política poderia também esclarecer como algumas condições contextuais são consideradas relevantes para a questão da justificação, enquanto outras condições contextuais são consideradas completamente irrelevantes. Dessa forma, poderia abrir caminho para um entendimento mais amplo e verdadeiro do conhecimento e da verdade, bem como poderia conduzir a um conjunto amplo de opções epistêmicas que pode epistemicamente avaliar estruturas interpretativas e procedimentos de justificação” (Alcoff, 2016. p. 134-135).

Inspirados por esta proposta, ensaiamos um olhar não meramente desestruturativo em relação aos novos manuais, mas reconstrutivo sobre o jornalismo, que, esperamos, pode ser capaz de dizer sobre como ele é produzido, sobre quem o produz, como os sujeitos humanos são acionados nos seus projetos editoriais. Para tanto, apresentamos um diálogo epistemológico com o *Manual de Redação da Revista AzMina* e o *Manual de Redação: o jornalismo antirracista a partir da experiência da Alma Preta*.

Além de compreender qual concepção de jornalismo e qual perspectiva epistemológica expressam, objetivamos perguntar por esses manuais como contextos e práticas de justificação pelos quais se procura validar e atribuir legitimidade ao conhecimento produzido por e nos arranjos jornalísticos alternativos, independentes e comprometido com os saberes, o reconhecimento e a vida dos grupos sociais historicamente minorizados.

2. Garantia de modernidade? Os manuais de redação nos jornais de referência

Sobre a história dos manuais de redação no Brasil, o pesquisador Alfredo Vizeu (2008) informa que eles surgem a partir de uma preocupação fundada no estilo, na gramática e nas regras de redação que os jornalistas deveriam adotar para construir mais unidade de estilo, coerência e coesão. Se as notícias devem contribuir para a compreensão dos fatos e situações do mundo e da vida social, jornalistas deveriam estar bem preparados e munidos para realizar essa tarefa. Essa finalidade instrumental está colocada desde os manuais pioneiros até guias mais recentes. Porém, tais documentos codificam uma visão de mundo sobre o jornalismo e seu papel social. Como nos lembra Teun van Dijk (2005, p. 17): “[...]o “conhecimento do mundo” considerado nos trabalhos de processamento de textos é visto como socialmente compartilhado e, portanto, de certa maneira caracteriza melhor os grupos ou comunidades do que os indivíduos”.

Vizeu (2008) reconhece a atribuição de pioneirismo dada ao *Diário Carioca*. Todavia, o pesquisador também remonta ao trabalho de Gilberto Freyre no jornal *A Província*, em Pernambuco, em 1929. O jornal contava com uma pequena folha de papel afixada em mural, por Freyre, “estabelecendo regras e cuidados no redigir” (2008, p. 171). Em concordância com José Marques de Melo, ele afirma que, apesar da simplicidade, esse foi o primeiro manual de redação do País, já que agregava uma função pedagógica do fazer jornalismo.

Os chamados manuais “modernos”, implementados, sobretudo, a partir da década de 1950, consolidaram uma perspectiva objetivista, tecnicista e instrumental para a linguagem jornalística, com inspiração em modelos estadunidenses, adicionados de “cor local”, conforme análise de Alfonso Albuquerque (2009, p. 107):

[...] o jornalismo brasileiro teria adotado, de um modo um tanto quanto passivo, o modelo americano, mesmo que não o tenha reproduzido de modo inteiramente fiel. [Há que se considerar], antes de mais nada, o papel eminentemente ativo que os jornalistas brasileiros – em um primeiro momento, os responsáveis pela reforma do *Diário Carioca* – desempenharam no processo de adoção do modelo americano: eles o reinterpretaram de forma bastante radical, a fim de adequá-lo às circunstâncias específicas da sociedade brasileira naquele momento. [...].

Se as reformas editoriais e gráficas de importantes veículos, como o *Diário Carioca* e o *Jornal do Brasil*, lançaram as bases de um novo e moderno jornalismo para o Brasil, foram as reformas e manuais publicados nos anos 1960 e 1970 que se tornaram conhecidos para

além do ambiente interno das empresas: os manuais de *O Globo*, de *O Estado de S. Paulo*, da *Folha de S.Paulo* e da Editora Abril. Todos traziam instruções sobre o “bom Português”, expressões a se evitar para obter mais clareza, assim como reforço e consolidação do *lead* e da pirâmide invertida como bases da narrativa jornalística, além de prescrições sobre a atuação do profissional.

Dentre os manuais do jornalismo de referência (Zamin, 2014) ou *mainstream*, destaca-se o do jornal *Folha de S.Paulo*, cuja primeira edição data de 1984. Desde então, a obra passou por quatro versões, sendo a mais recente a de 2021, lançada por ocasião do centenário do periódico. O manual da *Folha* também é apresentado com frequência como referência bibliográfica em escolas de jornalismo, em aulas de texto jornalístico, para instruir aspirantes sobre como exercer a profissão:

A reforma do Diário Carioca permaneceu como um referencial importante para o jornalismo e inspirou outras iniciativas similares. A mais conhecida delas é a reforma da Folha de S. Paulo. Exatamente como ocorreu com o Diário Carioca, a versão apresentada por um dos agentes da reforma, o secretário de redação da Folha de S. Paulo, Carlos Eduardo Lins da Silva, se tornou o relato dominante sobre ela no meio acadêmico (cf. Silva, 1988, 1991). A reforma da Folha de S. Paulo seguiu de perto os passos do Diário Carioca, quer na retórica da tabula rasa, quer no papel central que atribuiu ao manual de redação como elemento pivotal da transformação. (Albuquerque, 2009, p. 109)

Patrícia Sales Patrício (2002, p. 08), ao tratar também dos manuais das principais empresas jornalísticas do Brasil, afirma que os eles nomeiam como jornalismo profissional exatamente o que defende a *Folha de S. Paulo*: aquele com “procedimentos consagrados de apuração e redação que ampliam o distanciamento crítico e tornam as descrições dos eventos tão exatas quanto possível” (Folha, 2021, online)⁴. Nessa perspectiva, a objetividade é colocada como uma das bases epistemológicas do jornalismo preconizado por estes manuais e em oposição à subjetividade, como já pontuaram Fabiana Moraes e Marcia Veiga (2020, p. 13):

Alijada da objetivação jornalística, por não ser considerada “prenhe da razão dualista e cartesiana”, a subjetividade é suprimida não apenas na linguagem, que visa à impessoalidade no discurso com fins de assegurar neutralidade, totalidade e valor de verdade. É suprimida também, em grande parte, nas reflexões críticas sobre as práticas, tanto pelos profissionais que as

⁴temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/sua-excelencia-o-consumidor-de-noticias.shtml

desempenham quanto por boa parte dos estudos que predominaram historicamente no campo.

Na atual versão de seu Manual de Redação (2021), a *Folha* aponta que o jornalismo profissional é o antídoto para as notícias falsas (desinformação) e a intolerância (discursos de ódio). Todavia, apesar de argumentar que os jornais devem ser pautados por diálogos pluralistas, ao tratar dos desafios ao modelo de negócio, a *Folha* chama de “jornalismo artesanal” as iniciativas jornalísticas ou arranjos de atuação dedicados a determinados temas ou circunscritas ao ponto de vista dos grupos/comunidades minorizados, caracterizando-as como práticas “com espírito militante” [...] limitadas em alcance e escopo pela parcialidade do ponto de vista e precariedade da base material” (2021, online).

Sabemos que a construção da epistemologia do jornalismo não ocorre somente à luz dos estudos acadêmicos, mas, também em diálogo com o exercício profissional - o que inclui a influência dos proprietários de mídia, a interação com o cotidiano e as expectativas sociais e a percepção das comunidades de jornalistas. Logo, dentre as normas de empresas jornalísticas consideradas como “de referência”, chama-nos a atenção também os “Princípios Editoriais do Grupo Globo”, publicados em 2011.

A despeito de não se assumirem como manual, os princípios do Grupo Globo (2011) destacam-se ainda por apresentarem, inicialmente, uma “breve” definição de jornalismo - algo não muito comum quando se fala de normas editoriais de grandes empresas de mídia no Brasil. O Grupo defende o jornalismo como uma forma de conhecimento, mesmo que não o faça sob perspectiva crítica – afinal, são princípios alinhados com interesses político-econômicos dos donos da mídia.

De todas as definições possíveis de jornalismo, a que o Grupo Globo adota é esta: o jornalismo é o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas. (...) É, portanto, uma forma de apreensão da realidade. (Grupo Globo, 2011, online)

Não há como desconsiderar possíveis aproximações entre o que o texto do Grupo Globo expressa e as pesquisas de Robert Park sobre o jornalismo e a notícia como forma de conhecimento, ainda que não se possa afirmar que partilhem das mesmas bases e premissas epistemológicas. Não à toa, um dos textos seminais que, segundo Berger e Marocco (2008), constituem uma das bases fundantes do conhecimento sobre o Jornalismo moderno, afirma que

No mundo moderno, o papel da notícia tem assumido maior importância em comparação com outras formas de conhecimento, a história, por exemplo. As mudanças nos últimos anos têm sido tão rápidas e drásticas que o mundo moderno parece ter perdido sua perspectiva histórica, e parece que nós estamos vivendo dia a dia no que descrevi anteriormente como um “presente especioso” (Park, 2008, p. 70).

Parece-nos que a afirmação dos princípios editoriais do Grupo Globo padece de uma imprecisão epistemológica equivalente àquela apontada por Maria Rosa Berganza Conde (2008, p. 24-25) na sua leitura sobre a obra de Park:

Park não estabelece claramente se considera que as notícias, ainda que constituam em si mesmas um tipo especial de conhecimento, estão mais próximas ao *knowledge about* ou ao *acquaintance with* e em que sentido. [...] Obviamente, as notícias não proporcionam um conhecimento sistemático como o que Park descreve como *knowledge about*; tampouco parecem estar baseadas meramente na intuição ou no instinto (*acquaintance with*).

Ela ressalta ainda que “a caracterização parkiana das notícias [...] exclui as formas atuais de jornalismo, como o investigativo e outras formas interpretativas” (2008, p. 25). A inquietação da autora e o diálogo entre sua leitura de Park e a nossa leitura dos Princípios do Grupo Globo e do Manual da Folha, sugerem-nos, além da reafirmação da perspectiva epistemológica assente nos valores da modernidade eurocêntrica, a importância de se problematizar as transformações engendradas pelos arranjos jornalísticos digitais e independentes, especialmente no que reporta às matrizes que orientam o conhecimento produzido pelo Jornalismo do século XXI. Não se trata, portanto, de empreender uma análise comparativa entre o jornalismo *mainstream* e estes novos arranjos. Mas, de se pensar, a partir deste rápido diálogo com a história dos manuais – cujo pioneirismo remonta aos veículos de “referência” –, o lugar e papel dos manuais de redação na construção das perspectivas epistemológicas implicadas nestes guias de atuação profissional.

3. Experiência e atuação do jornalismo digital combativo/engajado/posicionado

Em pesquisa que trata do trabalho de jornalistas em arranjos independentes e alternativos, realizada a partir do *Mapa do Jornalismo Independente*, produzido e publicado pela Agência Pública, em 2016, os pesquisadores do Centro de Pesquisa em Comunicação e

Trabalho (CPCT) da USP (Figaro; Nonato, 2021) investigaram 70 arranjos situados na Região Metropolitana de São Paulo, que apareceram sobretudo entre 2011 e 2015.

A pesquisa revela que, neles, os jornalistas em sua maioria são jovens entre 20 e 35 anos. Há, em mais da metade deles, a participação de dirigentes femininas, sendo que 28% foram fundados e dirigidos por mulheres jornalistas. No aspecto da formação dos profissionais atuantes, o diploma de curso superior em jornalismo é um requisito e uma constante entre os profissionais participantes. Verificou-se ainda que a maioria dos jornalistas são brancos, exceto quando o veículo trata das periferias e bordas urbanas ou quando possui enfoque étnico-racial.

É curioso que nem todas as iniciativas nomeiam-se como de jornalismo, pois produzem outros tipos de conteúdo. Dessa forma, adota-se a expressão genérica "produção de conteúdo" para nomear reportagens, entrevistas e demais gêneros textuais convencionais do jornalismo. Os critérios que tornam uma história um acontecimento a ser publicado são, assim, mais amplos do que os critérios de noticiabilidade convencionais. O jornalismo digital independente adere mais à construção de reportagens do que à busca pelas notícias do cotidiano.

O foco do jornalismo independente digital recai em temas que podem ser apurados com mais profundidade e elasticidade de tempo, priorizando como fontes as vozes que representam discursos e pontos de vista também diferentes daqueles mais explorados pela mídia comercial. Do ponto de vista editorial, o tratamento costuma se apresentar como mais progressista, humanista, democrático, popular, assente em reportagens investigativas, de profundidade e orientadas pela defesa dos direitos humanos. Tal percepção se articula com o tipo de jornalismo predominante, em virtude do compromisso de ser "independente [em relação] aos conglomerados de mídia ou às influências políticas e econômicas do Estado e do mercado" (Figaro; Nonato, 2021, p. 30).

Daí porque os pesquisadores do CPCT nomeiam tais práticas como **arranjos jornalísticos alternativos e independentes**, isto é, "uma possibilidade de arranjar, isto é, de organizar o trabalho de forma alternativa e independente" (Figaro; Nonato, 2021, p. 15), sejam em redes de pessoas, coletivos, associações, pequenas empresas e outras formas criativas de organização. Entendemos estes arranjos como **práticas jornalísticas posicionadas**, que abertamente assumem uma postura combativa ou engajada diante de

determinados assuntos públicos – como a causa feminista, de combate ao racismo, de defesa da população LGBTQIA+, pela conservação da natureza e da biodiversidade, em prol de populações das favelas, comunidades e periferias.

Fabiana Moraes (2023) considera que ações engajadas sempre estiveram presentes na imprensa comercial brasileira, por meio de silêncios permissivos, além da auto blindagem assente nos cânones da objetividade e neutralidade, que culminaram na desumanização e silenciamento de grupos variados. Para esse diagnóstico, a pesquisadora avalia momentos históricos como, por exemplo, o pós-abolição e a desconfiança sobre o futuro do mercado de trabalho no fim do século 19; a legitimidade dada ao governo da Ditadura Militar (1964-1985); e, mais recentemente, a alta adesão à Operação Lava Jato.

Todavia, esse ecossistema “artesanal” não é menor ou menos capacitado, como quer fazer crer o projeto editorial da Folha. Semelhante ao jornalismo *mainstream*, elas compartilham e zelam pelo jornalismo de qualidade e de interesse público, pela liberdade de expressão e de imprensa e pela valorização da atividade jornalística. Também representam, pela ampliação, iniciativas menos atreladas à continuidade de um discurso social voltado às classes mais abastadas dos centros urbanos, brancas e pró ideologia neoliberal.

4. Novos manuais jornalísticos em cena: proposta de leitura epistemológica dos manuais da Revista AzMina e da Agência Alma Preta

Empreendido tanto na atuação autoral e individual de jornalistas quanto em propostas coletivas, o jornalismo de posição investe numa abordagem dos acontecimentos que não é de afastamento da verdade jornalística, mas uma nova forma de concebê-la, em uma busca por representação mais justa e complexa dos grupos sociais. Assim, conceitos-chave, como histórias de vida, racismo, sexism, testemunho, narrativa, gênero, diversidade e subjetividade, ganham mais força e contorno como valores e preocupações profissionais.

Na epistemologia tradicional do jornalismo, especialmente no modelo anglo-saxão, a objetividade é vista como um princípio fundamental a ser perseguido, responsável por garantir que o jornalista não deixe suas crenças pessoais interferirem na apuração e no relato ou registro dos fatos. O jornalismo de posição desafia essa ideia ao argumentar que toda produção de conhecimento parte de um lugar social e político. Nele não há assim a necessidade de uma suspensão provisória de ideologias e sentimentos por parte dos

jornalistas; antes, adota um ponto de vista engajado, concebendo o papel do jornalista como um agente ativo (não indiferente) de mediação e construção do significado dos fatos, reconhecendo que a escolha de pautas, fontes e enquadramentos influencia diretamente na forma como a realidade é compreendida.

Para além de trazer mais pautas sobre sujeitos marginalizados nas esferas públicas, o jornalismo de posição reconhece a tríade capitalismo, colonialismo e patriarcado como base da dominação e da desigualdade social brasileira e de outras realidades similares. Portanto, aponta que caberia ao jornalismo como forma de conhecimento uma ruptura transformadora das relações de poder ao produzir um tipo de conhecimento social (com base em informação, interpretação e opinião jornalísticas) que busca dar espaço a perspectivas historicamente silenciadas.

Neste sentido, é que procuramos nos ancorar na perspectiva da sociologia da epistemologia como a entendem Ekström e Westlund (2019, online):

In the sociology of epistemology, knowledge is studied as a social phenomenon (different from approaches analyzing cognitive processes or logical principles). In this context, “sociology” does not refer to a particular theory, but to the general sociological accounts of knowledge, that is, how knowledge is produced and used, and how knowledge claims are articulated and justified, in social contexts and institutions such as news journalism (Ekström, 2002; Ettema & Glasser, 1987)

Para os autores, uma abordagem epistemológica implica perguntar-se também como as reivindicações de conhecimento do jornalismo se articulam e se justificam, uma vez que formas de conhecimento, contextos e práticas de justificação são inter-relacionadas:

News is a form of knowledge associated with particular expectations and standards of justification, distinct from, for example, how knowledge is produced and justified in scientific discourse. These two interrelated aspects of epistemology have, in turn, been related to larger questions about the authority of professional journalism and the power and legitimacy of particular forms of knowledge (Anderson, 2017; Carlson, 2018a). (Ekström e Westlund, 2019, online)

Nesta perspectiva, os contextos e práticas de justificação envolvem questionamentos sobre as normas, padrões e métodos acionados no processo noticioso e nas reivindicações do conhecimento produzido pelo jornalismo: “It can be applied on different levels of analysis [...] as well as in the analysis of the more specific circumstances under which journalists [...]”

justify information from sources and the presentation of facts in news stories" (Ekström e Westlund, 2019, online).

Ao tomar os manuais de redação como contextos e práticas de justificação, é que observamos o jornalismo de posição na revista digital *AzMina* e na agência de notícias *Alma Preta*. A opção por tais veículos jornalísticos, neste texto, ocorre pela disponibilização de manuais de redação ao público, o que indica um compromisso com a transparência editorial, e pela atenção que tais mídias receberam em pesquisas precedentes que também as identificam como engajadas, humanizadas e combativas. O jornalismo de *AzMina* é “capaz de produzir matérias comprometidas com a luta de enfrentamento da violência contra a mulher e da violência de gênero com base em dados, documentos e fontes com autoridade de saber” (Rodrigues de Sousa; Aguiar, 2023, p. 15), enquanto a *Alma Preta* “contribui para o debate sobre um jornalismo mais inclusivo e diversificado, que aborda temas relacionados aos direitos humanos, cidadania, políticas e produz pautas antirracistas no país” (Felix, 2023, p. 236).

Criada em 2015, a revista *AzMina* é uma publicação digital brasileira que se declara voltada para o jornalismo feminista e de defesa dos direitos das mulheres. A revista afirma não tratar as mulheres como uma categoria universal, sendo que considera as perspectivas de raça/etnia, classe, orientação sexual e identidade de gênero (com a inclusão de homens trans, transmasculinos e pessoas não binárias na cobertura que realiza).

Também criada em 2015, a *Alma Preta* é uma agência de notícias especializada na temática étnico-racial no Brasil. Ou seja, a partir do olhar de jornalistas negros produz conteúdo jornalístico em diferentes formatos sobre assuntos variados, mas com uma perspectiva abertamente antirracista. Tal experiência gerou, em 2023, o livro *Manual de Redação: o Jornalismo Antirracista a partir da experiência da Alma Preta*.

Como elementos ordenadores da nossa compreensão dos manuais como contextos e práticas de justificação, selecionamos cinco categorias que emergiram após o processo de leitura interpretativa dos textos: estrutura; definição de Jornalismo; deontologia/ética; linguagem e produção narrativa; fontes e vozes sociais.

De autoria da equipe de cada veículo, os manuais de redação da revista *AzMina* e da agência *Alma Preta* representam dois modelos distintos de política editorial e de ideário jornalístico dentro da mídia digital independente, mas que se aproximam ao compreender a

atividade de reportagem como uma ação posicionada. Para ambos, o sujeito jornalista não pode fechar os olhos para as pessoas diante dos fatos ao mesmo tempo em que deve exercer um trabalho responsável de apuração. Tanto AzMina quanto Alma Preta optam por valorizar a objetividade, a checagem e a publicação de informações de interesse público em seus manuais de redação.

O primeiro manual, elaborado em 2017, expressa regras e normas discutidas e aprovadas pelas integrantes de AzMina que são mandatórias para colunistas, repórteres, editoras e qualquer outra pessoa que produzirá conteúdo para o site ou para as redes sociais do veículo jornalístico. Segundo a Alma Preta, seu manual compartilha “diretrizes do que acredita ser fundamental para a garantia da qualidade editorial e para o compromisso com o enfrentamento ao preconceito, à discriminação e ao racismo no século XXI” (2023, online). Formula ainda um jornalismo guiado pelo antirracismo e a partir do enfrentamento de quatro desafios que consideram centrais no fazer jornalismo: o teórico, o ético, o histórico e o técnico.

Chama atenção o fato de o manual da Alma Preta ter sido elaborado com a participação de pesquisadores/especialistas, além dos jornalistas da agência. O processo ainda contou com entrevistas com referências negras da imprensa brasileira e com pesquisa de documentos históricos. Outro detalhe é para quem se destina a publicação: é uma obra para toda a coletividade de comunicadores e jornalistas negros e antirracistas, mas com as diretrizes do que a equipe da Alma Preta acredita ser fundamental para a garantia da qualidade do jornalismo, como o combate ao racismo estrutural e o enfrentamento a todas as desigualdades sociais do país. Neste sentido, ele se coloca como instrumento paradigmático do jornalismo, material de referência para outros profissionais em outros meios.

Em termos de **estrutura**, com a divisão de temas e organização de capítulos, o manual da revista AzMina é bastante detalhado, abrangendo desde diretrizes editoriais até práticas específicas de interação com o público e recomendações jurídicas advindas de um escritório de advocacia parceiro do Instituto AzMina. Seu conteúdo inclui uma política de definição de pautas, diretrizes de uso de linguagem, normas de tratamento de fontes e boas práticas de apuração.

O conteúdo do manual da revista inclui, entre os pontos de destaque:

- Uma política de definição de pautas que prioriza temas que geralmente são ignorados pela imprensa *mainstream*, com foco em questões de um feminismo interseccional (gênero, raça e classe).
- Diretrizes de uso de linguagem que recomendam um linguajar leve, informal e acessível, com atenção especial ao uso de termos relacionados a identidades de gênero e orientação sexual.
- Normas de tratamento de fontes que priorizem a escuta das mulheres, buscando corrigir desigualdades históricas na cobertura jornalística.
- Boas práticas de apuração: o que inclui recomendações jurídicas para evitar processos e orientações sobre como lidar com casos de violência contra a mulher.

Em contrapartida, o manual da Alma Preta enfatiza a ética do jornalismo baseada nos Direitos Humanos e a missão histórica do veículo como continuidade de uma imprensa negra brasileira proveniente do Brasil Império, trazendo seções sobre a linha editorial, técnicas jornalísticas e responsabilidade social em cobrir uma multiplicidade de temáticas, que vão da acessibilidade e inclusão até saúde, segurança pública e urbanismo. Sua estrutura, entre os pontos centrais, inclui:

- Critério de noticiabilidade: o principal critério é o impacto do fato sobre as pessoas negras, mas adere a outros fatores de noticiabilidade.
- Técnicas jornalísticas que abordam a importância de um jornalismo crítico e com consciência política, destacando a necessidade de enfrentar estigmas e estereótipos sobre a população negra.
- A responsabilidade social da Alma Preta na produção de notícias que fortaleçam a identidade negra e denunciem casos de violência e racismo estrutural.

Sobre a **definição de Jornalismo**, AzMina o define como uma ferramenta de transformação social, priorizando pautas que geralmente são ignoradas pela grande imprensa e trazendo uma abordagem aprofundada e investigativa, o que é salientado no trecho: “[...] jornalismo é colaborar para a construção de uma sociedade mais justa” e na missão de realizar um “jornalismo aprofundado, crítico e investigativo em detrimento de cobrir o *hardnews*” (2017, online).

O foco de AzMina está vinculado a um jornalismo de cunho romântico, capaz de libertar as mulheres de todos os tipos de violência, considerando as diversidades de raça, classe e orientação sexual. As notícias de interesse das mulheres, na visão da revista, dão “acesso a informações que as permitam lutar por (e conquistar) uma vida livre de violência e opressões”.

Por outro lado, a Alma Preta também reforça a ideia do jornalismo como um instrumento informativo e libertador, especialmente para a população negra, dando ênfase a um jornalismo crítico e com consciência política, expresso em: “O jornalismo é uma ciência social aplicada e cumpre um papel importante para a vida cotidiana: o de informar. Por compor uma área do conhecimento e para atingir os objetivos da profissão, o jornalismo desenvolveu um arcabouço de técnicas”.

A Alma Preta reforça a ideia do jornalismo humanizado que coloca os indivíduos no centro das temáticas, o que pode significar “produzir notícias de caráter positivo, ligadas ao campo da cultura e das artes, que fortaleçam a identidade negra, desde que destaque características e valores da cultura popular e associados à luta e à resistência dos descendentes de pessoas africanas” (2023, online). Para a Alma Preta, o jornalismo é atividade política, um serviço para o povo negro.

Nota-se uma construção argumentativa em ambos os manuais que diz que enquanto o jornalismo *mainstream* tende a priorizar a informação para um público amplo e diversificado, o jornalismo independente de qualidade é aquele que se posicionaativamente em defesa de grupos historicamente minorizados, reconhecendo sua posição política e sua responsabilidade social na construção de narrativas mais inclusivas.

Em relação à **deontologia e ética**, A AzMina adota uma “objetividade posicionada”, baseada na técnica de apuração e no compromisso com a checagem das informações. Já a Alma Preta, por sua vez, destaca que seu critério de noticiabilidade prioriza o impacto sobre as pessoas negras, ao mesmo tempo em que busca transparência e uma postura ética disruptiva. Ambos assumem um compromisso explícito com determinadas causas sociais e adotam a proposta de um jornalismo engajado e crítico, rejeitando a ideia de imparcialidade absoluta.

Em relação à postura ética profissional, AzMina informa que “não faz jornalismo predatório de dramas alheios” (2017, online), mas que entrevista “de forma humana,

considerando que o indivíduo está acima da história” (2017, online). Tal afirmativa indica a percepção de uma perspectiva sobre a representação comumente dada às mulheres pela imprensa tradicional, na qual, além da posição de desvantagem social, as vozes femininas são usadas para a dramatização de situações violentas, exageradas ou extremas, de conflito familiar ou polarizado e uma posição redutora das mulheres ao exagero emocional. Já a Alma Preta narra a necessidade ética de mostrar a complexidade da África e as potências negras aqui e lá, informando a sociedade a partir “da perspectiva racial negra e periférica” e assumindo o “caráter político de valorização do conhecimento e da cultura negra, assim como a tarefa de exigir direitos e questionar o Estado em todas as dimensões da vida cotidiana” (2023, online), como preconizada na sua missão.

Quanto à **linguagem e a produção narrativa**, o manual da AzMina afirma valorizar uma linguagem leve, informal e acessível, embora sem orientação direta sobre normas gramaticais. Por sua vez, a Alma Preta recomenda explicitamente cuidados com a escrita, normas gramaticais e os gêneros textuais jornalísticos. Ambos utilizam verbetes para orientar sobre o uso de termos, garantindo uma comunicação respeitosa e inclusiva, especialmente em relação a questões de gênero e identidade. Considera-se que os dois veículos dão grande importância e peso a uma comunicação que respeite a diversidade e não cause qualquer tipo de violência simbólica.

Todavia, os manuais de redação analisados não estimulam outras possibilidades narrativas que não seja a convencional maneira de esquematizar os fenômenos sociais em notícias, isto é, giram em torno da utilização, pelos jornalistas, da narração em terceira pessoa (narrador-observador), em que o autor narra de forma onisciente os acontecimentos. É um tipo de textualidade em que o jornalista observa, à distância, os conflitos sociais e se limita a apresentar os fatos “objetivamente”. Salienta-se que novas propostas narrativas – que imprimam outras possibilidades ao foco narrativo – podem favorecer a representação dos protagonistas sociais, compreensão e afeição da perspectiva do outro, bem como a imersão e vinculação do público-alvo da produção jornalística com o conflito e/ou história.

Por fim, em relação às **fontes e vozes sociais**, os dois manuais têm um compromisso claro com a diversidade e equilíbrio de escuta das vozes. A AzMina prioriza a escuta das mulheres, buscando corrigir desigualdades históricas na cobertura jornalística. O manual

também destaca a importância de ouvir a vítima e de respeitar o outro lado, mantendo sempre a ética jornalística e a legislação vigente.

A agência Alma Preta, por sua vez, coloca as pessoas negras como prioridade em sua escuta editorial e busca enfrentar racismos e enquadramentos discriminatórios sobre a população negra, ao mesmo tempo em que declara não atuar como assessoria de imprensa do movimento negro, garantindo independência editorial. A Alma Preta também defende a diversificação de fontes, considerando critérios como gênero, sexualidade e regionalidade.

O que se observa é que os manuais demonstram uma preocupação central em adaptar o jornalismo às demandas contemporâneas de visibilidade, lugar de fala, legitimidade e reconhecimento de grupos historicamente excluídos. Isso se reflete na priorização de vozes femininas e negras, no uso de uma linguagem inclusiva - que evita o uso de palavras, termos e expressões que reforcem estereótipos, preconceitos ou discriminação - e na busca por novas formas de cobertura jornalística. Assim, essas iniciativas não apenas informam o que acontece na realidade social, mas também trabalham ativamente para corrigir desequilíbrios históricos na representação midiática.

5. Desfecho

Em comum, os manuais aqui apresentados partem da virtude informativa que o Jornalismo realiza ao ser atento às diferentes realidades sociais. Ao construir uma definição do que é o Jornalismo, ambos destacam que o diálogo social promovido pelo Jornalismo é fundamental para a transformação da realidade e para o respeito à diversidade e construção da dignidade humana para todas as pessoas. Para isso, o Jornalismo precisa se constituir – o que ainda não faz, de acordo com os manuais – como mais livre de preconceitos e mais vigilante quanto à sua interferência na linguagem coletiva, nas práticas, nos comportamentos e nos conhecimentos que fazem circular na sociedade.

Atrelados a arranjos digitais independentes, os manuais afirmam que produzir notícias, narrativas e reportagens são atividades que devem mobilizar diversidades de vozes, vivências e interpretações, especialmente se se almeja contribuir com informação de qualidade que também seja inclusiva, crítica, com abordagem pautada na complexidade, pertinente às lutas dos subalternizados por justiça e à pluralidade social. Assim, colocam à frente tal visão de mundo como finalidade do Jornalismo, porém assentam tal perspectiva apenas na mudança

da linguagem e no aconselhamento de boas práticas junto a grupos com representatividade frágil e marcada por estereótipos nocivos na mídia convencional.

Nos dois manuais se vê uma axiologia proposta para as mídias negras/feministas e uma renovação/debate dos pressupostos da deontologia jornalística. Diferente dos *stylebooks*, as obras não orientam, especificamente, o estilo do texto; não objetivam uniformizar a redação dos seus respectivos veículos. Preferem compilar e transmitir dicas de comportamento e atitudes para jornalistas, que, possivelmente, não sejam aliados às causas com as quais se identificam. Aqui, se percebe um aspecto crucial do processo de justificação do conhecimento que se quer produzir, revelando ainda o modo como o *status epistêmico* de diferentes atores é construído e significado no discurso dos manuais:

The concept of epistemic status here refers to social actors' assumed access to domains of knowledge, what they are supposed to know, and how they know (cf. Heritage, 2012). This is related to the entitlement of different actors to have a voice, "speak about the action of others," and appear as "authorized knowers" in the media. (Carlson, 2017, pp. 124,127). (Ekström e Westlund, 2019, online)

Em síntese, os novos manuais não são dedicados às normas gramaticais, como ocorre, em muitos casos, com os da mídia *mainstream*. Voltados ao âmago do Jornalismo, com elementos que sinalizam para uma diferente perspectiva epistemológica, contraditoriamente, indicam a adoção de determinados verbetes, o que parece engessar a narrativa, atuando mais no âmbito da imposição do que da orientação. O que vimos é que esses manuais funcionam para estimular outras visões de mundo, para constituir ou munir jornalistas mais combativos, menos avessos à ideia de um jornalismo engajado - oposição espalhada no senso comum pela mídia comercial.

No entanto, há que se considerar que, por meio deles, jornalistas podem receber conselhos, ter um instrumento para refletir durante a rotina de trabalho ou para manter o ímpeto por aperfeiçoamento na carreira, o que, combinado com outras experiências, pode ser efetivamente uma prática crítico-reflexiva importante. Ou seja, os manuais podem contribuir para a rejeição de uma orientação individualista que muitas epistemologias exibem, ao supervalorizar a ação e o auto-entendimento individual.

Os manuais analisados recaem numa tentativa de afirmar que o jornalismo pode ir além do conhecimento superficial sobre as experiências e vivências dos chamados grupos sociais minorizados. Neste sentido, podemos dizer que tais manuais constituem-se como contextos e

[orientações] de práticas de justificação de uma perspectiva epistemológica que, realmente, intenta responder aos princípios, valores e demandas de novos arranjos editoriais, potencializando o jornalismo digital independente para o que Linda Alcoff chama de uma ‘epistemologia para a próxima revolução’ e contribuindo para a rejeição das tentativas de colonização e de manutenção da hegemonia ocidental quanto às reivindicações e parâmetros de legitimação do conhecimento. No entanto, parece-nos que eles também apontam para um paradoxo fundamental: os princípios e valores que orientam o processo de produção do conhecimento desses arranjos ainda se ancoram em perspectiva e valores similares ao jornalismo *mainstream*, mesmo que suas práticas e discursos sinalizem para perspectiva divergente.

Referências

- ALCOFF, L. M. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 129-143, 2016.
- ALMA PRETA. **Manual de Redação**: o jornalismo antirracista a partir da experiência da Alma Preta. 2023. Disponível em: <https://almapreta.com.br/images/2023/11/manual-de-redacao-o-jornalismo-antirracista-a-partir-da-experiencia-da-alma-preta.pdf>.
- AZMINA. **Manual de redação da Revista Azmina**. 2017. Disponível em: <https://azmina.com.br/2017/07/manual-de-redacao-da-revista-azmina>.
- CAPRINO, M. P. Manual de Redação: camisa-de-força ou regra necessária?. **Comunicação & Inovação**, v. 2, n. 4, 2002.
- CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. São Paulo: Companhia das Letras/Zahar, 2023.
- CONDE, M. R. B. A contribuição de Robert E. Park, o jornalista que se converteu em sociólogo, à teoria da informação. In: MAROCCHI, B.; BERGER, C. (Orgs.). **A era glacial do jornalismo** – teorias sociais da imprensa, volume 2. Porto Alegre: Sulina, 2008; p. 15-32.
- DE ALBUQUERQUE, A. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. **Alceu**, v. 10, n. 20, p. 100-115, 2009.
- DE ALBUQUERQUE, A.; HOLZBACH, A. D. Metamorfoses do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais da redação da Folha de S. Paulo. **Comunicação Mídia e Consumo**, v. 5, n. 14, p. 149-170, 2008.
- EKSTRÖM, M.; WESTLUND, O. Epistemology and Journalism. **Oxford Research Encyclopedia of Communication**. Oxford University Press, 2019. Disponível em: <https://oxfordre.com/communication/view/10.1093/acrefore/9780190228613.001.0001/acrefore-9780190228613-e-806>. Acessado em 03 fev. 2025.
- FELIX, E. H. Informação e formação: o jornalismo “preto e livre” da agência de notícias Alma Preta. **Revista Alterjor**, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 2, p. 226–239, 2023. DOI: 10.11606/issn.2176-1507.v28i2p226-239. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/212533>. Acesso em: 24 fev. 2025.
- FOLHA de S.Paulo. **Manual da Redação**: as normas de escrita e conduta do principal jornal do país. São Paulo: PubliFolha, 2021.
- FIGARO, R.; NONATO, C. (Org.). **Arranjos jornalísticos alternativos e independentes no Brasil**: organização, sustentação e rotinas produtivas. São Paulo: ECA-USP: Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, 2021.
- GRUPO GLOBO. **Princípios editoriais do Grupo Globo**. 2011. Disponível em: g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html
- HORN, A. T. A. O perfil editorial do jornalismo independente no Brasil e na França. **Revista FAMECOS**, v. 29, n. 1, 2022.
- IJUIM, J. K. Apontamentos sobre a emergência de decolonizar o Jornalismo. **Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, 2023.
- KILOMBA, G. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MARCONDES FILHO, C. **Comunicação e jornalismo**: a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker, 2002.
- MEDINA, C. **Ciência e jornalismo**: Da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.
- MORAES, F. Sobre que militantes e engajados estamos falando? Um olhar sobre a imprensa comercial brasileira e o posicionamento como estratégia jornalística. **Brazilian Journalism Research**, Brasília (DF), v. 19, n. 3, 2023.

PATRÍCIO, P. S. **Tirando o manual do automático**: do mapa objetivo ao território transubjetivo nos caminhos do jornalismo. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2002.

PÚBLICA. **O mapa do jornalismo independente**. Agência Publica - Agência de reportagem e jornalismo investigativo. 2016. Disponível em: apublica.org/mapa-do-jornalismo/

RUELLAN, D. Corte e costura do jornalismo. **Líbero**, n. 18, p. 31-40, 2016.

RODRIGUES, A. D. **As estratégias da comunicação**: questão comunicacional e formas de sociabilidade. 3a ed. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

RODRIGUES DE SOUSA, H. L.; AGUIAR, S. The Specialized and engaged journalism of AzMina Magazine: feminist and intersectional agendas. **Brazilian journalism research**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. e1617, 2023. DOI: 10.25200/BJR.v19n3.2023.1617. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1617>. Acesso em: 24 fev. 2025.

SALAVERRÍA, R. Aproximación a los orígenes de la preceptiva sobre escritura periodística (1840-1940). **Communication & Society**, v. 10, n. 1, 1997.

VEIGA, M.; MORAES, F. Onde está Ruanda no mapa? Decolonialidade, subjetividade e o racismo epistêmico do jornalismo. ENCONTRO NACIONAL DA COMPÓS, 29., 2020, Campo Grande. **Anais eletrônicos** [...] Campinas: Galoá, p. 1-21, 2020.

VIZEU, A. Gilberto Freyre e os manuais de redação. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, PósCom-Metodista, a. 29, n. 50, p. 163-177, 2008.

ZAMIN, A. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista Famecos**: mídia, cultura e tecnologia, v. 21, n. 3, p. 918-942, 2014.